

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
4ª Sessão Extraordinária de 2017

Dia: 07/08/2017

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 –
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação das Atas da 13ª Sessão Ordinária (25/07/2017) e da 14ª Sessão Ordinária (26/07/2017).

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 27/07/2016

- 2) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000229/2015-39
Requerente: Cândido Furtado Maia Neto – Procurador de Justiça/PR
Assunto: Trata-se de sugestão, para análise por parte do CNMP, da possibilidade de regulamentação de remoção por permuta entre membros vitalícios dos Ministérios Públicos Estaduais.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Paraná
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 30/01/2017

- 3) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24
Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

- 4) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 23/05/2017

- 5) Correição n.º 0.00.000.000405/2016-13
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Federal no Estado do Piauí.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 04/07/2017

- 6) Correição n.º 0.00.000.000439/2016-16
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 3ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 12ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 18ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Serra, 2ª Promotoria de Justiça e Juventude de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 11ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 13ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 14ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica e 15ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Antônio Pereira Duarte

- 7) Correição n.º 0.00.000.000486/2016-51
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 8ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 13ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 15ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 24ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES e 27ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, nas 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES, 2ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES e 3ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES, na 1ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Kennedy/ES e na Procuradoria de Justiça Recursal.
- Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão (25/07/2017)

- 8) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000011/2017-46
Requerente: Comissão da Infância e Juventude
Requeridos: Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Trabalho no Estado da Paraíba
Assunto: Visa apurar a atuação do Ministério Público do Estado da Paraíba e do Ministério Público do Trabalho no Estado da Paraíba em caso de violência contra crianças e adolescentes.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude
Origem: Distrito Federal
- 9) Correição n.º 0.00.000.000032/2017-61
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada em unidades do Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

Processo desta Sessão (07/08/2017)

- 10) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000775/2014-99 (Recurso Interno)
Recorrente: Desenvolvimento Engenharia LTDA
Advogado: Marco Aurélio Alves de Oliveira – OAB/DF n.º 5948
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Rio de Janeiro

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 30/01/2017

- 1) Pedido de Providências nº 1.00723/2016-83 (Recurso Interno)
Recorrente: Ministério Público do Trabalho
Recorrido: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional no Estado do Acre
Advogado: Marcos Vinicius Jardim Rodrigues – OAB/AC nº 2.299
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Acre. Indeferimento de acesso a advogado. Inquérito Civil nº 000150.2016.14.001/0. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Acre
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 14/02/2017

- 2) Pedido de Providências nº 1.00214/2015-15
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Gozo de licença prêmio. Tempo de serviço na Administração Pública.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 21/02/2017

- 3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00741/2016-65
Requerente: Tamar Oliveira Luz Dias
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Declaração de Vacância. Decisão instrumentada no Ato nº 372/2016, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Direito à declaração de vacância, em razão de posse em outro cargo público. Possibilidade de recondução.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Bahia
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedidos de Vista em 18/04/2017

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00375/2016-71 (Processos nºs 1.00376/2016-25; 1.00377/2016-89 e 1.00378/2016-32)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Procuradoria da República no Estado do Acre. Apurar controle de ato que aspira normatividade mas carece de previsão. Orientação Conjunta 01/2015 das 2ª, 5ª e 7ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Remessa dos autos com promoção de arquivamento àquelas unidades sem comunicação ou autorização judicial, em descumprimento ao que dispõe o art. 28, do CPP.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00997/2016-90
Requerente: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Colégio de Procuradores de Justiça. Resolução nº 18/2016. Requer suspensão da eficácia e aplicabilidade de dispositivos que compõem o novo Regimento Interno do órgão. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 6) Proposição nº 1.00119/2017-38
Requerente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que altera o Anexo I da Resolução CNMP n. 89/2012. Regulamentação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Pedido de Vista em 09/05/2017

- 7) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00663/2016-26
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogado: Carlos Dias Carneiro Neto – OAB/MA nº 7.262
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Ausência a diversas sessões do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão. Descumprimento do dever funcional. Base na RD nº 1.00526/2016-73.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 27/06/2017

- 8) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00685/2016-22
Requerente: Fernanda Alitta Moreira da Costa
Advogado: Ana Luiza Mercio Lartigau – OAB/RS n.º 99.283
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Suspensão da penalidade aplicada à requerente. PAD nº 2.00.000.005872/2014-67. Desconstituição de decisão. Garantia de vitaliciedade. Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 9) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00825/2016-26
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Raphael Rocha de Souza Maia – OAB/DF n.º 52.820; Antônio Pedro Machado – OAB/DF n.º 52.908; Thiago Esteves Barbosa – OAB/DF n.º 49.975; Barbara Mendes Lobo Amaral – OAB/DF n.º 21.375
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Portaria CNMP-CN nº 221/2016. Violação ao dever legal de residir na comarca de sua lotação. Abandono de Cargo. Improbidade Administrativa. Decisão proferida na RD CNMP nº 0.00.000.000834/2015-18.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedidos de Vista em 04/07/2017

- 10) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 11) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: São Paulo
Vista: Presidente do CNMP
Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedidos de Vista em 05/07/2017

- 12) Pedido de Providências nº 1.00977/2016-00
Requerente: Embrasystem Tecnologia em Sistemas Importação e Exportação Ltda.
Advogado: Leandro Rogério Chaves – OAB/SP nº 104273
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Goiás
Interessados: Helio Telho Correa Filho; Mariana Guimarães de Mello Oliveira
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Alegação de atuação funcional reprovável em Ação Cautelar e Ação Civil Pública. Divulgação midiática dos fatos sobre os atos processuais.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Goiás
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
- 13) Proposição nº 1.00056/2017-10
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correções e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correções e Inspeções.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 25/07/2017

- 14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00011/2017-63
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: José Leovegildo Oliveira Moraes – OAB/DF n.º 16.484; Leonnardo Vieira Moraes – OAB/DF n.º 36.694
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Processos judiciais paralisados. Atribuições perante o Superior Tribunal de Justiça. Baseada na Reclamação Disciplinar n.º 213/2016-15.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Orlando Rochadel Moreira
- 15) Pedido de Providências nº 1.00579/2017-57
Requerente: Marcelo Augusto Rodrigues Mendes
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Suspensão de ato praticado pela Câmara de Procuradores de Justiça. Autos da Proposta nº 395/2016, ID 2704397. Redistribuição das atribuições das Promotorias de Justiça da Comarca de Juiz de Fora. Critérios para redistribuição do serviço a antiguidade na Comarca. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00581/2017-62
Requerente: Ângela Maria Pereira Gravina
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Suspensão de decisão proferida pela Câmara de Procuradores de Justiça. Autos da Proposta nº 395/2016, ID 2704397. Determinação de novo julgamento da proposta conforme Lei Complementar nº 34/94. Critério objetivo de antiguidade na entrância para casos de distribuição e redistribuição. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedidos de Vista em 26/07/2017

- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 18) Reclamação Disciplinar nº 1.00273/2016-29 (Recurso Interno)
Recorrente: Roberto Maynard Frank
Advogados: Pedro Correa Pertence – OAB/DF n.º 33919; Evandro Luis Castello Branco Pertence – OAB/DF n.º 11841
Recorrido: Membros do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Bahia
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
- 19) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00942/2016-90
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00953/2016-98
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Walter de Agra Júnior

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

- 21) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco

Incluído na Pauta da 22ª Sessão (21/11/2016)

- 22) Proposição nº 1.00077/2016-72
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 7ª Sessão (18/04/2017)

- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão (09/05/2017)

24) Proposição nº 1.00120/2016-08

Requerente: Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Proposta de Resolução que altera a Resolução n.º 13/2006, que regulamenta o art. 8º, da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 26, da Lei n.º 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Distrito Federal

25) Pedido de Providências nº 1.00506/2016-84 (Recurso Interno)

Recorrente: Maria Clara Mendonça Perim

Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Procuradoria de Justiça Cível. Violação do Princípio do Promotor Natural.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Espírito Santo

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão (13/06/2017)

26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00062/2016-50

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessado: David Evandro da Costa Carramanho

Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Procedimento Administrativo nº 9982/04-PGJ. Portarias 753/93/PGJ e 792/93/PGJ. Pagamento adicional de tempo de serviço e vantagem pessoal pelo exercício de função a membro do Parquet, sem observância da prescrição quinquenal. Processo apenso ao Pedido de Providências nº 0.00.000.000028/2006-41.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Amazonas

27) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00700/2016-23

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo

Advogado: Rodrigo Sproesser Novas – OAB/SP n.º 314.176

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CNMP-CN nº 169/2016.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

- 28) Pedido de Providências nº 1.00237/2017-55
Requerentes: Charlane Gallisa Rocha; Janete Ribeiro dos Santos; Laís Albuquerque Antunes; Liliane Coelho Flausino; Maria Ester Tartuce; Rildo Brito Costa; Zilda Wahrendorff Caldas
Advogados: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. Processo Administrativo nº 1.00.000.006074/2015-99. Revisão da Portaria PGR nº 142/91. Exercício de Funções de Assessoramento Superior (FAS), previstas no Decreto nº 200/67. Lapso temporal entre a extinção da função pela Lei nº 8.112/90 e a Portaria nº 142/91. Retroatividade para incorporação a proventos de aposentadoria.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 29) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00385/2017-06
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Pedido de revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2015. Decisão proferida pela Subprocuradora-Geral de Justiça.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Paraná

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão (27/06/2017)

- 30) Nota Técnica nº 1.00190/2015-21
Requerente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Objeto: Nota Técnica sobre Propostas de Emenda Constitucional de redução da idade mínima de admissão ao trabalho e emprego.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 31) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00780/2016-90 (Apenso: Processo nº 1.00871/2016-34)
Requerente: José Carlos Paes
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessados: Cristiana Teixeira Piauhyllino Monteiro; Luiz Piauhyllino de Mello Monteiro Filho
Advogado: Cairo Roberto Bittar Hamu Silva Junior – OAB/DF n.º 17.042
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Compras de salas comerciais em Brasília. Ausência de procedimento licitatório. Divulgação em matérias jornalísticas. Supostas afrontas aos princípios da Administração Pública.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Rio de Janeiro

- 32) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00962/2016-89
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00376/2017-15
Requerente: Leandro Lara Moreira
Requerido: Escola Superior do Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Escola Superior. Programa de Pós-Graduação. Edital-ESMPU 101/2016. Indeferimento de participação. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 34) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00469/2017-77
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Lei Complementar nº 0416/2010. Infração disciplinar. Agressão física e moral. Conduta privada reprovável e incompatível com exercício do cargo. Reclamação Disciplinar nº 1.00159/2017-16.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão (25/07/2017)

- 35) Nota Técnica nº 1.00238/2016-19
Requerente: Cons. Fábio Bastos Stica
Objeto: Nota Técnica que dispõe sobre o posicionamento do Conselho Nacional do Ministério Público acerca do exercício das prerrogativas de membros do Ministério Público previstas no art. 42, da Lei nº 8.625/93, diante da limitação imposta pela edição do Ato nº 24/2013-P e do Ato nº 045/2014-P, ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Rio Grande do Sul
- 36) Reclamação Disciplinar nº 1.00244/2016-49 (Recurso Interno)
Recorrente: Artur Sergio de Almeida Reis
Advogado: Thiago Machado de Carvalho – OAB/DF nº 26.973
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Sergipe

- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00933/2016-07
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal
- 38) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00952/2016-34
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Mato Grosso do Sul
- 39) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00966/2016-01
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF nº 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF nº 20.522
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ausência injustificada durante inspeção e expediente forense. Portaria CNMP-CN nº 261/2016. Baseada na Sindicância nº 0.00.000.000338/2016-37.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
- 40) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00147/2017-64
Requerente: Elda Márcia Moraes Spedo
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região. Movimento grevista da Polícia Militar estadual. Providências adotadas pelo Ministério Público estadual. Suposta interferência e incompetência de atuação por parte do Ministério Público do Trabalho. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Espírito Santo
- 41) Proposição nº 1.00299/2017-30
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da redação do art. 2º, caput, e §§ 3º e 7º, dos artigos 4º e 5º, caput, e acrescenta o § 8º ao art. 2º e o parágrafo único ao art. 7º, todos da Resolução CNMP nº 26/2007. Oitiva da Corregedoria Geral. Pedidos de residência fora da Comarca.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

- 42) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00458/2017-79
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Militar
Advogado: Ivan Morais Ribeiro – OAB/DF n.º 44.785
Objeto: Ministério Público Militar. Descumprimento de deveres funcionais. Lei Complementar n.º 75/1993. Abandono de cargo em decorrência de falta injustificada.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 43) Pedido de Providências nº 1.00488/2017-02
Requerente: Marilde Viana
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Proteção ambiental. Invasão. Desmatamento. Denúncia ao Parquet. Arquivamento.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 44) Proposição nº 1.00497/2017-01
Requerente: Conselheiro Antônio Pereira Duarte
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Necessidade de o membro do Parquet com atribuições afetas às Execuções Criminais e ao Controle Externo da Atividade Policial comparecer, na ocorrência de rebelião, às unidades prisionais e carceragens policiais.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00523/2017-00
Requerentes: Francisco Antonio Tavora Colares; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Decisão. Procurador-Geral. Concessão de afastamento de servidor para exercício de mandato classista. Abstenção de descontos remuneratórios ou qualquer outra anotação funcional desabonadora.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Ceará
- 46) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00530/2017-86
Requerente: Juarez Gomes Ribeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Fatos ilícitos supostamente praticados por membro do Legislativo do Município de Beberibe. Inquérito Civil. Ação Civil Pública. Ocorrência, em tese, de conduta tipificada no Código Penal. Omissão do Parquet na propositura de Ação Penal.
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira
Origem: Ceará

- 47) Pedido de Providências nº 1.00547/2017-06
Requerentes: Banco Bradesco Financiamento S/A; Banco Bradesco S/A
Requeridos: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho – 12ª Região
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Santa Catarina. Inquérito Civil n.º 000085.2005.12.000/0. Exigência de apresentação de documentos relativos a programa de objetivos do banco. Requisição de inquérito policial. Designação de audiência sob condução coercitiva sem autorização judicial. Supostas ilegalidades.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Santa Catarina
- 48) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00570/2017-64
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Emprego de expressões desrespeitosas direcionadas aos integrantes do CNMP. Desrespeito às autoridades constituídas. Portaria CNMP-CN nº 129/2017. Conforme Reclamação Disciplinar nº 1.00434/2017-65.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Distrito Federal
- 49) Proposição nº 1.00578/2017-01
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instauração e tramitação. Procedimento Investigatório Criminal a cargo do Ministério Público.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 50) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00589/2017-00
Requerente: Nelson Pereira Medrado
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Coordenação das Procuradorias Cíveis. Obrigatoriedade de comparecimento de membro em Turmas de Direito Privado. Princípios da eficiência, razoabilidade e da celeridade processual.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Pará

Processos desta Sessão (07/08/2017)

- 51) Procedimento Avocado nº 1.00374/2015-28 (Embargos de Declaração)
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Gamil Foppel El Hireche – OAB/BA nº 17828
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Decisão exarada na Avocação nº 0.00.000.000779/2015-58 referente à Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.001616/2014-10, Processo Administrativo Disciplinar nº 003.0.173188/2014, em trâmite no Ministério Público do Estado da Bahia. Apenso Processo Administrativo Disciplinar Ordinário nº 173188/2014.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 52) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00442/2015-12
Requerente: Corregedoria Nacional
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Advogado: Adelmano Wellerson de Sousa Benigno – OAB/MA nº 14.682
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Distrito Federal
- 53) Reclamação Disciplinar nº 1.00046/2017-75 (Recurso Interno)
Recorrente: Monique Cheker de Souza
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em face de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Rio de Janeiro
- 54) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00241/2017-78
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Comparecimento ao expediente forense. Procuradoria da República na Comarca de Garanhuns. Morosidade na instrução de procedimentos extrajudiciais. Baseada na Sindicância CNMP nº 0.00.000.000448/2016-07 e na Correição CNMP nº 0.00.000.000463/2016-47.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal

- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00504/2017-67
Requerente: Luis Felipe Jordão Wanderley
Advogados: Candido DORTAS de Araújo – OAB/SE nº 5.929; Carlos Edgar Andrade Leite – OAB/SE nº 4800; Luciana de Oliveira Viana – OAB/SE nº 4.430
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Colégio de Procuradores de Justiça. Recurso Administrativo no Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2016. Impedimento de Membro declarado de forma supostamente indevida. Pedido de desconstituição do julgado.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Sergipe
- 56) Pedido de Providências nº 1.00605/2017-56
Requerente: Luis Felipe Jordão Wanderley
Advogados: Candido DORTAS de Araújo – OAB/SE nº 5.929; Carlos Edgar Andrade Leite – OAB/SE nº 4800; Luciana de Oliveira Viana – OAB/SE nº 4.430
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Determinação para que a Administração Superior se abstenha de lavrar ato de exoneração. Reconhecimento da prevalência da decisão tomada pelo Conselho Superior. Declaração de vitaliciedade do requerente. Irregularidade no provimento do recurso. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Sergipe

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público